

Hannah Arendt, Losurdo e a questão do totalitarismo: algumas aproximações

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida*

Resumo:

Esse artigo é uma tentativa de cotejar o mais influente livro sobre o chamado totalitarismo, de Hannah Arendt, e as formulações críticas a ele elaboradas por Domenico Losurdo. A hipótese mais geral é que Losurdo, embora eficaz na crítica à identificação de nazismo e stalinismo, mantém-se, apesar de suas inúmeras contribuições, no plano descritivo, abrindo mão de questionar os fundamentos teórico-metodológicos de sua contraposição a Hannah Arendt, o que prejudica a crítica mais profunda do conceito de totalitarismo e a apresentação de uma explicação alternativa do stalinismo.

Palavras-chave: Totalitarismo; revolução; guerra colonial; relações de classes; imperialismo.

Hannah Arendt, Losurdo and the Question of Totalitarianism: Some Approximations

Abstract:

This article is an attempt to compare the most influential book on so-called totalitarianism, by Hannah Arendt, and the critical formulations elaborated by Domenico Losurdo. The most general hypothesis it advances is that Losurdo, although effective in criticizing the identity of Nazism and Stalinism, maintains himself, despite his numerous contributions, on a descriptive plane, failing to question the theoretical and metaphysical foundations of his juxtaposition to Hannah Arendt. This tendency prevents a more profound critique of the concept of totalitarianism and the presentation of an alternative explanation of Stalinism.

Keywords: Totalitarianism; revolution; colonial war; class relations; imperialism.

Neste centenário, a tendência em amplos setores do pensamento crítico é de reavaliação para melhor do processo soviético. Segue-se na contramão do

* Livre-docente em Ciência Política; professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo-SP, Brasil. Coordenador, na mesma instituição, do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). *Autor de Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014. End. eletrônico: luflavio40@gmail.com Agradeço aos professores Ronaldo Gaspar (UEL) e Célia Borges (UNIFESSPA) pelas leituras rigorosas e sugestões que fizeram, várias das quais não tive tempo e espaço para aproveitar. Sou o único responsável pelos possíveis equívocos das incorporações.

que ocorreu um pouco após as otimizadas comemorações dos cinquenta anos, em 1967. Até então, algumas das principais razões do otimismo residiam no avanço tecnológico, que se expressaria em forte dianteira na “corrida espacial”, nas expectativas de melhores políticas sociais com, enfim, avanço da democracia socialista, além de, no plano internacional, uma óbvia expansão do “campo socialista” em estreita articulação com os movimentos de libertação nacional.

A guinada foi relativamente brusca e logo o prestígio da URSS, à direita e à esquerda, seguiu ladeira abaixo. Dois dos principais membros do chamado campo socialista, China e Cuba, revelaram-se fortes concorrentes político-ideológicas a um ponto em que raríssimos intelectuais pró-soviéticos eram levados a sério. À direita, a contraofensiva ideológica foi capaz de se apropriar, com grande desenvoltura, de temas e questões propostos pelas lutas antissistêmicas, para o que foi de grande valia a série de inovações ocorrida na indústria cultural.

O mesmo não ocorreria com um livro denso, marcado por forte erudição e de vocabulário às vezes hermético para o grande público, que adquiriu crescente autoridade dentro e fora dos círculos acadêmicos. Refiro-me a *Origens do totalitarismo*, de Hannah Arendt, publicado originalmente em 1951 e com edição consolidada em 1958 (Arendt, 1989). Aqui já não se trata de um fenômeno meteórico, mas de um firme processo de implantação, até porque a autora publicou uma série de outras obras de inegável importância intelectual e, desde os anos 1950, grande congruência teórico-política.

Apesar de críticas bem fundamentadas que surgiram desde seu lançamento, o livro obteve grande repercussão e, mesmo entre os não leitores, tornou-se a referência sólida a respeito não apenas do totalitarismo (fenômeno que, como veremos, foi estudado a partir de outras perspectivas), mas do recurso a esta noção para aproximar nazismo e stalinismo. Como o prestígio de Stalin decaiu vertiginosamente entre as esquerdas, em especial no mundo acadêmico, a autoridade do livro de Hannah Arendt tornou-se praticamente incontestável.

Uma das mais impressionantes ousadias intelectuais de Domenico Losurdo é a crítica à noção arendtiana de totalitarismo, trabalho que contribui para situar a análise do conjunto do processo soviético em novos marcos, no quais se destaca o caráter colonial e racista da política das potências tidas como campeãs da liberdade e, no que se refere a Stalin e ao stalinismo, a formulação de análises bem mais balanceadas. Sem a menor intenção de expor todas as principais teses apresentadas, faremos uma abordagem preliminar de aspectos importantes do livro de Arendt¹ e das críticas de Losurdo.

¹ Limito-me ao texto consolidado na segunda edição e me abstenho de relacioná-lo, aqui, com o conjunto da importante obra teórico-política de Hannah Arendt.

A trajetória meteórica do Estado-nação e das classes sociais

Em aparente paradoxo, um dos principais obstáculos à abordagem crítica do conceito (ou noção) de totalitarismo, especialmente o formulado por Arendt, é ir diretamente às suas teses sem levar em conta o processo teórico-ideológico em cujo interior elas são produzidas. Embora aqui não seja o lugar para este levantamento exaustivo, alguns aspectos teórico-metodológicos serão mencionados e, um tanto abruptamente, já sujeitos a um esboço de crítica.

Antes de formular um conceito de totalitarismo, Hannah Arendt recorre à conceituação de classes sociais, capitalismo e imperialismo de modo bastante eclético, embora predomine a influência weberiana, em especial no que descarta qualquer vínculo estrutural entre classe social e poder político. Longe de conceituar o Estado no capitalismo como uma estrutura que assegura a reprodução do poder político burguês, ela afirma que a burguesia é “a primeira classe da história a ganhar proeminência econômica sem aspirar ao domínio político” (Arendt, 1989: 153-4). Esta classe se desenvolveu “dentro, e junto, do Estado-nação, que, quase por definição”, era o Estado de uma sociedade de classes, mas que se coloca “acima e além delas”. A burguesia, mesmo quando se tornou “classe dominante”, deixava ao Estado o conjunto das “decisões políticas”. Na bibliografia referente a esta parte (Imperialismo)², encontramos a referência a uma única obra de Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, texto cujas célebres passagens sobre o bonapartismo, se tomadas ao pé da letra, podem dar algum suporte a essas formulações.

Em *Origens...*, a correspondência entre Estado nacional e dominação burguesa, longe de estrutural, é transitória, além de que esta e aquele são conceituados de modo impreciso. O “domínio político” não é burguês e cabe ao Estado-nação colocar-se “acima das classes” para cumprir a tarefa de “governá-las”. Esta indefinição de poder político adquire sentido, pois nossa autora o coloca como objeto de disputa entre Estado e burguesia. Enfim, Arendt ignora a dimensão ideológica das relações entre Estado burguês e classes sociais, levando demasiado a sério a capacidade deste Estado para representar efetivamente os interesses do conjunto das classes sociais, zelando, desta forma, pelo interesse nacional.

Desta forma – e daí o motivo da imprecisão –, já se prenuncia uma “divergência de objetivos” entre a burguesia e o Estado nacional. Enquanto a primeira pôde acumular capital nos limites territoriais definidos pelo segundo, predominou o entendimento. Mas a “lei do capitalismo”, que a burguesia jamais pensou em abandonar, é o permanente crescimento econômico, que leva esta classe a estender seus interesses para além das fronteiras territoriais do Estado-nação.

² O livro divide-se em três partes: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo; esta, de longe, a mais lida e citada.

Quando ficou óbvio que o Estado-nação era inadequado ao “maior crescimento da economia capitalista, a luta latente entre o Estado e a burguesia se transformou em luta aberta pelo poder” (Arendt, 1989: 154).

Imposta aquela lei ao Estado-nação, foram rejeitadas “as fronteiras nacionais como barreiras à expansão econômica” (1989: 154). Assim surgiu o imperialismo, que Arendt considera “o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo” (1989: 168)³. E, com ele, o desdobramento de nova contradição entre a burguesia e o Estado-nação.

Este último seria avesso a qualquer tipo de imperialismo, pois a expansão para além das próprias fronteiras territoriais produziria uma dupla contradição. Por um lado, toda vez “que o Estado-nação surgia como conquistador, despertava a consciência nacional e o desejo de soberania no povo conquistado”, o que, por si só, já criava “um obstáculo para a execução de sua tentativa de construir um império”. (Arendt, 1989: 157). Por outro, era impossível integrar os habitantes dos povos conquistados à comunidade nacional⁴.

Nesses termos, Hannah Arendt considera o imperialismo como desencadeador da crise do Estado-nação. O problema é a delimitação espaço-temporal com que ela trabalha os dois fenômenos. Afinal, o número de Estados-nações cresceu exponencialmente ao longo do século XX, o que, aliás, não foi incompatível com a expansão imperialista.

Recorrendo à obra de A. Hobson, um dos primeiros grandes estudiosos críticos do tema, Hannah Arendt situa o grande impulso do imperialismo em meados da década de 1880 (1989: 153). E se restringe a estudar o “imperialismo colonial estritamente europeu, que terminou com a liquidação do domínio britânico na Índia”, ou seja, em 1949 (1989: 151). Um efeito desta dupla restrição é a ausência de estudo de qualquer manifestação de imperialismo no que se refere aos Estados Unidos da América ou mesmo a países europeus ocidentais desde o início da Guerra Fria. E não foi por falta da existência de um excelente acervo de obras críticas produzido sobre o tema na primeira metade do século XX⁵.

³ A referência a Lenin não implica qualquer análise aprofundada das teorizações deste autor (ou de qualquer outro) sobre o imperialismo.

⁴ Exemplo deste duplo fracasso: o Estado-nação francês não conseguiu transformar a Argélia em “um departamento como o “de la Seine” nem os argelinos, “supostamente cidadãos franceses”, deixaram de “adquirir a consciência de sua diferenciação nacional quando a perderam legalmente por imposição” (1989: 157).

⁵ Na bibliografia relativa ao Antissemitismo, aparecem *O capital financeiro*, de Hilferding; *Imperialismo*, de Hobson; *A acumulação de capital*, de Rosa Luxemburg; e *Sociologia do imperialismo*, de Schumpeter. Na relativa ao totalitarismo, com prefácio de 1966 no qual cita as redefinições que fez na estrutura do livro, é mencionado *O imperialismo*, de Lenin. Sobre o tema, a obra teórica à qual Hannah Arendt mais recorre – e mesmo assim, superficialmente – é a de Hobson. Toda a produção estadunidense sobre o tema, a começar por *Teoria do desenvolvimento capitalista*, de Paul Sweezy, publicada em 1942, é ignorada.

Até que nossa autora teve outra oportunidade de mencionar os EUA quando se referiu a outro tipo de expansão imperialista: não a ultramarina (tipicamente colonial), mas a interna, em direção ao oeste. Entretanto, ela concentrou a atenção no pangermanismo e no pan-eslavismo. Diferentemente do primeiro tipo, “mais respeitável” e característico das potências ocidentais, que correspondia a forte desenvolvimento do capitalismo e à exportação de capitais e homens supérfluos⁶, este imperialismo continental, desprovido de impulso econômico, nada tinha de material a oferecer, mas uma ideologia marcada pela inequívoca hostilidade “a todas as estruturas políticas existentes” (1989: 256).

Eis, segundo Arendt, um extraordinário exemplo de como uma ideologia que nada propõe para satisfazer a interesses imediatos, pode ser capaz de exercer forte atração (1989: 256). E a autora digressa longamente sobre o “nacionalismo tribal”, esta força motriz do imperialismo continental, que pouco tinha a ver “com o Estado-nação plenamente desenvolvido” (1989: 269). Diferentemente do nacionalismo ocidental, que foi produzido a partir de “classes fortemente enraizadas e emancipadas”, o tribal era, por assim dizer, pré-classista e pré-estatal, sem que seus adeptos fossem além do “estágio de mal definida consciência étnica”.

Esses povos, oprimidos pelos impérios Austro-húngaros e Tzarista, não dispunham das condições que surgiram, no Ocidente, para que se constituísse a “trindade povo-território-nação”. Longe de criarem sociedades estruturadas, essas massas viviam em meio a fronteiras secularmente mutantes e realizavam “movimento migratório mais ou menos contínuo”. Daí serem desprovidas de qualquer ideia acerca de “*pátria e patriotismo*” ou de “responsabilidade comunitária limitada” (1989: 269). Portanto, o nacionalismo tribal, longe de ser produto de uma comunidade nacional, era impregnado desta “atmosfera de desarraigamento” (Arendt, 1989: 269). Seu ponto de soldagem estava numa profunda religiosidade que imprimia à unificação étnica, produzindo a imagem de uma hierarquia de nações onde, por suposto, *sua* nação ocupava um lugar superior. Nacionalismo e racismo se davam as mãos.

Portanto, se o desarraigamento, se constituiu no Ocidente como um resultado da desestruturação dos Estados-nações e das classes sociais; no caso da Europa Centro-Oriental, ele já se produziu em um estágio prévio ao pleno desenvolvimento das sociedades estatais-nacionais-classistas. Houve diferenças nos processos de constituição: o nazismo (1933-1945) foi precedido por um movimento totalitário; o stalinismo (1929-41 e 1945-53) se implantou após uma tentativa de revolução. Em ambos os casos, o totalitarismo foi favorecido pelo imperialismo, pois só este tornou possível uma política mundial e, no que se refere

⁶ Referência à financeirização e à massa de desempregados, especialmente nas épocas de crise.

ao nosso tema, a pretensão a um poder mundial. E o mais importante, segundo Hannah Arendt, é que as características essenciais foram as mesmas. Passemos a elas.

Hannah Arendt e o totalitarismo

A partir desta perspectiva, o totalitarismo não se relaciona diretamente com qualquer poder político de classes, por exemplo, o burguês. Ao contrário, ele corresponde à dissolução das classes sociais que passam por um processo de atomização. Um resultado deste processo é a *ralé*, um conjunto residual formado por indivíduos originários de todas as classes, o qual constitui a base que, suplantando as esperanças da burguesia no nazismo, faz, por intermédio deste, política por seus próprios meios. (1989: 154).

As principais características do totalitarismo são: colapso do sistema de classes; surgimento do homem massa, que absorve individualmente o ressentimento de todas as classes; a consciência da desimportância e da disponibilidade deixa de ser expressão da frustração individual e torna-se fenômeno de massa (1989: 364-5).

Na Alemanha, o regime totalitário foi precedido de um movimento totalitário, ou seja, de uma organização maciça “de indivíduos atomizados e isolados”. Este tipo de organização se distingue “dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual”. Já na Rússia, não houve a preparação por um movimento totalitário. Este foi organizado posteriormente e “as condições para o seu crescimento” foram “artificialmente criadas” para possibilitarem “a lealdade total que é a base psicológica do domínio total”.

Segundo Arendt, a diferença entre totalitarismo e outros tipos de opressão política (despotismo, ditadura ou tirania) é qualitativa. Sempre que triunfou, ele “destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas”, substituindo-as por instituições políticas totalmente novas. Onde se implantou, “transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por uma ditadura unipartidária, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava ao domínio mundial” (1989: 512)

Em relação a este último aspecto, a autora postula uma relação de identidade entre a tentativa nazista de impor o predomínio de uma raça em todo o planeta e o projeto marxista de promover a revolução proletária em escala mundial. É como se a supremacia do arianismo fosse idêntica à implantação de um ordenamento sociopolítico no qual, inexistindo exploração e dominação de classe, a liberdade de cada um fosse, nos termos formulados por Marx e Engels, a condição para

o desenvolvimento de todos. Observa-se, de passagem, o quanto a formulação de Hannah Arendt coincidia com a imagem que os ideólogos do “mundo livre” construía, durante a Guerra Fria, a respeito da ameaça representada pelo “Oriente totalitário”.

Burguesia X Estado-nação

Segundo Hannah Arendt, antes do nazismo não ocorreu qualquer vitória definitiva da burguesia sobre o Estado-nação ou vice-versa. As instituições estatais-nacionais resistiram à brutalidade e à megalomania das aspirações imperialistas dos burgueses, e às tentativas burguesas de usar o Estado e os seus instrumentos de repressão.

A burguesia alemã, na sua ânsia imperialista, jogou tudo no movimento hitlerista para governar com auxílio da ralé, esta escória de todas as classes em decomposição. Mas a ralé cuidou da política por si mesma e liquidou a burguesia juntamente com todas as outras classes e instituições (Arendt, 1989: 154).

Hannah Arendt, ao estudar o imperialismo apenas em sua “fase colonial”, passa ao largo da nova fase deste estágio do capitalismo, precisamente a primeira que se desenvolve sob a hegemonia estadunidense. Assim, ignora que neste processo, o correspondente da descolonização foi o aumento de formações sociais estatais-nacionais dependentes em um sistema marcado por uma hierarquia das formações sociais imperialistas.

Com o final abrupto de sua análise do imperialismo, Hannah Arendt comete uma gigantesca desatenção teórica que lhe possibilitaria opor imperialismo e Estado nacional em uma fase de hegemonia do imperialismo estadunidense e, por outro lado, formações sociais dependentes. Nos dois casos, não faz o menor sentido falar, abstratamente, em crise do Estado-nação nem em declínio e/ou desaparecimento das classes sociais. O que se oculta é a existência deste campo imperialista mais complexo, marcado pela assimetria entre os Estados Unidos da América e outras formações sociais imperialistas; e por outro lado, as relações de unidade e contradição constitutivas das formações sociais dependentes, muitas das quais dotadas de forte potencial anti-imperialista.

Este silêncio sobre o imperialismo, que segundo a autora, leva à dissolução das classes e das instituições, permite uma edificante distinção entre governo constitucional e totalitarismo. No primeiro, “as leis positivas destinam-se a erigir fronteiras e a estabelecer canais de comunicação entre os homens cuja comunidade é continuamente posta em perigo pelos novos homens que nela nascem” (Arendt, 1989: 518). Cada nascimento significa que “um novo mundo em potencial passa a existir” (1989: 518). Neste maravilhoso mundo livre em que o imprevisível se encaixa nas instituições, por que falar em classes sociais? Indivíduos de novas e

velhas gerações dispõem das condições institucionais para decidirem em concerto (1989: 518).

A “essência do regime totalitário” é “o terror total”, que, diante da dissolução das classes sociais e das instituições, impõe-se a indivíduos atomizados. Terror que não é contra ou a favor dos seres humanos, mas – e eis o papel da ideologia – se pretende a serviço “das forças da natureza ou da história” e, portanto, irreprimíveis no longo prazo. Diante delas, a liberdade dos homens é vista como um estorvo, “um modo aborrecido de interferir com forças superiores” (Arendt, 1989: 518).

A crítica de Losurdo

O filósofo e cientista político, em sua tarefa de desmontar mitos há muito assentados e que contam com a adesão de círculos da esquerda bem-pensante, possui, entre outras, a habilidade genial de ler o que está escrito e ninguém vê. É o que faz em relação aos liberais clássicos, a Nietzsche e ao papel histórico de Stalin (e do stalinismo). Neste último caso, não poderia fugir ao debate sobre o totalitarismo, especialmente sobre a obra que Hannah Arendt dedicou ao tema.

Foi o que fez em seu esplêndido artigo publicado originalmente em 2002 com uma história do uso do termo nos mais diversos sentidos. Especialmente na primeira metade do século XX, a noção foi apropriada pela esquerda na análise do colonialismo e do imperialismo; e pelos liberais ao se referirem seja ao organicismo atribuído a Rousseau (e Sieyès) e Marx; seja às características das sociedades nas quais se instituiu o “totalitarismo comunista”⁷. Uma primeira conclusão de Losurdo (2003) é que “totalitarismo” não se referiu unicamente às sociedades do século XX, mas, dependendo dos autores, também a processos mais antigos. A segunda conclusão é que o termo foi utilizado por dirigentes nazistas contra a URSS, caso de Goebbels, e pelo fascismo italiano ao acusar a Inglaterra de excessiva voracidade ao impedir que outros países também formassem impérios coloniais.

Segundo o autor, a originalidade de Hannah Arendt consistiu em popularizar, ao ponto de criar algo próximo a um senso comum, a dupla tese de que o totalitarismo era um fenômeno novo; e de que ocorreu tanto na Alemanha nazista, como na URSS durante as duas fases já mencionadas do período em que esta teve em Stalin o dirigente máximo.

⁷ Neste último caso, destaca-se a obra de Wittfogel (1959). Losurdo, com uma fina ironia, observa que, aqui, a situação se inverte, pois Marx, ao teorizar sobre o modo de produção asiático, teria sido um precursor dos estudos críticos sobre o totalitarismo.

Como destaca Losurdo, diversos autores importantes observaram o caráter desconexo do livro de Hannah Arendt, no qual as duas primeiras partes se voltam para a “pré-história do Estado total”, mas não apresentam pesquisas sobre as particularidades da Alemanha, Itália Rússia. No que se refere ao antissemitismo, o livro aborda o francês, e ao imperialismo, especialmente o inglês⁸, sem fornecer embasamento histórico para a análise da Alemanha Nazista e na URSS stalinista. Outros perceberam a imensa discrepância entre o conhecimento mais fundamentado do III Reich e as informações mais superficiais sobre a URSS (Losurdo, 2003: 56 e 59). O próprio Losurdo observa que Hannah Arendt, por um lado, descartou a existência de totalitarismo na Itália fascista, aproximando-a, juntamente com a Iugoslávia (rompida com a URSS), dos regimes salazarista (Portugal) e franquista (Espanha), aliados dos EUA; ao mesmo tempo em que reservou um lugar entre os totalitários para a Índia e a China, concidentemente, na época, aliadas da URSS. Em suma, afirma Losurdo, “a luta entre antitotalitarismo e totalitarismo coincide perfeitamente com a luta entre os dois blocos” (2003: 60).

Com a mesma acuidade, Losurdo observa, no livro de Hannah Arendt, a contradição entre a análise histórica e a formulação conceitual. Por exemplo, se Stalin foi totalitário e, antes dele, Lenin não foi, fica difícil atribuir o totalitarismo a um pecado original da filosofia da história de Marx⁹. Em sua crítica sob diversos aspectos arrasadora, o autor italiano chega à conclusão de que *Origens do totalitarismo* constitui “dois livros sobrepostos”, carentes, apesar dos vários esforços da autora, de “uma unidade substancial” (Losurdo, 2003). Naquele que é talvez seu livro mais ousado, sobre o papel histórico de Stalin, o autor procura demonstrar de modo mais exaustivo as mudanças de posição que Hannah Arendt efetuou no sentido de se alinhar ao bloco “ocidental” durante a Guerra Fria (Losurdo, 2010: 12 *passim*).

Mas, para Losurdo, a crítica contundente ao livro de Hannah Arendt é o primeiro momento de um duplo objetivo bem mais amplo. Trata-se em primeiro lugar, de insistir na dissociação entre nazismo e stalinismo. E, em segundo, de buscar nas potências ocidentais, especialmente, os EUA, pontos de contato e (mesmo de inspiração) com o nazismo.

⁸ Reitero a observação de que Arendt se refere a uma fase do imperialismo inglês, a colonial.

⁹ O que, como veremos, não impedirá Losurdo (2010: 143-4) de se referir a um messianismo que, em parte, “é expressão de tendências intrinsecamente marxistas” e obstaculizou tentativas lideradas por Stalin de superar o Estado de Exceção na URSS.

Losurdo e a busca de uma análise integrada da nova Guerra dos Trinta Anos

Diante das acusações de que o pacto de não agressão assinado com a Alemanha nazista em agosto de 1939 expressou a “gemelaridade” de Stalin e Hitler, Losurdo demonstra o óbvio, mas que tem sido ignorado por setores à direita e mesmo à esquerda: a URSS, além de denunciar sistematicamente o nazismo, foi o último país a se aproximar da Alemanha nazista. E só assinou o pacto porque ficou cada vez mais claro que o principal objetivo da “política de apaziguamento” que os governos ocidentais adotaram em relação a Hitler, era incentivar a agressão nazista contra ela, a URSS. Aliás – observa Losurdo – a acusação oficial tem forte teor eurocêntrico, pois o tratado de não agressão, ao mesmo tempo em que, na China, agradou aos revolucionários maoístas, irritou, pelos motivos simetricamente opostos, os dirigentes fascistas japoneses. Para estes, era muito melhor uma URSS enfraquecida e, portanto, mais incapacitada de se contrapor à ofensiva nipônica sobre o continente asiático, a qual já havia começado pela ocupação de boa parte do território chinês (2010: 192).

Losurdo (2010:197-8 *passim*) também refuta as acusações de que Stalin se revelou apático e incompetente na condução político-militar da luta contra a Alemanha nazista, o que, aliás, foi ratificado pelos seus adversários alemães e por seus aliados, a começar pelo primeiro-ministro britânico Churchill e representantes dos EUA.

Nosso autor também faz importantes revelações acerca da admiração externada por grandes intelectuais em relação ao papel civilizatório da URSS durante o stalinismo, inclusive antes do início da II Grande Guerra. É o caso de Isaac Deutscher, Norberto Bobbio, Harold Lasky, Thomas Mann (Losurdo, 2010: 9-15) e, inclusive, Hannah Arendt. Esta escreveu, em 1945, que a URSS se distinguiu pelo “modo, completamente novo e cabal, de enfrentar e resolver os conflitos de nacionalidade, de organizar populações diferentes na base da igualdade nacional”. Ainda segundo Arendt, “tratava-se de uma espécie de modelo”, era algo “a que todo movimento político e nacional deveria prestar atenção”. (Arendt, 1986, apud Losurdo, 2010: 12).

Para Losurdo, a mudança de posição de inúmeros dirigentes políticos e de grandes e pequenos intelectuais em relação à URSS durante a Guerra Fria é parte de um processo bem mais amplo, o da Guerra Total, desencadeada a partir do conflito de 1914-18 e que envolveu todas as grandes potências, que apelaram a todos os meios de mobilização e controle de recursos (2017a: 340) Não por acaso, em todas elas difundiu-se o uso “das mesmas palavras de ordem: ‘mobilização total, guerra total ...política total’. É daí “que se deve partir para explicar a gênese do termo e a realidade do ‘totalismo’ (como é inicialmente definido), ou seja, do

totalitarismo propriamente dito” (2017a: 341).

Neste sentido, nosso autor realiza certo recuo e admite que, dada a localização da Alemanha e da URSS no epicentro da “guerra total”, foi lá que “o totalitarismo adquiriu sua plenitude” (2017a: 343), o que autoriza, “neste sentido” a comparação entre bolchevismo e nazismo. Mas, de forma alguma, a identificação entre ambos. Até porque, “sob um outro prisma”, a aproximação é uma bobagem. No caso da URSS, o totalitarismo resultou do entrelaçamento de “uma guerra total (numa imposição externa) e revolução e guerra civil permanente”. No caso da Alemanha nazista, ocorreu a convergência de três processos históricos: “a lógica da guerra total, levada ao extremo por uma desmesurada expansão imperialista”; “o legado da tradição colonial”, cuja brutalidade se radicaliza devido à tentativa de devolver “à condição de tribos primitivas” povos do centro da Europa dotados “de antigas civilizações”; e o tema da revolução como obra conspiratória, o que leva o nazismo a identificar nos judeus os responsáveis pela revolução bolchevique e a, por meio da eliminação do “bacilo judaico”, libertar não somente a Alemanha, mas toda a Europa do “perigo bolchevique asiático” (Losurdo, 2017a: 346).

No essencial, Losurdo procura fazer um deslocamento da centralidade de “totalitarismo” para colonialismo, dotado de forte teor racista. Com este movimento, nosso autor, por um lado, dissocia a URSS da Alemanha Nazista, a qual, por outro, é aproximada das grandes potências ditas ocidentais, onde avulta o papel dos EUA, não somente em razão de sua política expansionista aberta e agressiva, mas também do tratamento à sua população negra e à política de solução final imposta aos povos indígenas (Losurdo, 2017b).

Mas, enfim, o que ocorreu na URSS durante o período em que esta teve em Stalin o dirigente máximo?

Em seu mais ousado livro, o que procura reavaliar o papel de Stalin e do stalinismo, Losurdo, ao fazer uma tentativa de explicar o processo que levou não apenas à destituição, mas ao assassinato das principais dirigentes da Revolução de Outubro, apela para uma metáfora de quase nulo teor explicativo, a da “dialética de Saturno”, (2010: 47 e ss.) no sentido de que toda revolução devora seus próprios líderes. Isto desobriga o pesquisador de se perguntar quais conflitos concretos levaram a mais uma repetição deste “processo dialético”.

Uma segunda frente de abordagem, mais sofisticada, consiste, como já vimos, em recorrer ao conceito de “guerra total”, aquela que mobiliza todos os esforços das sociedades e reduz as instituições a frangalhos.

Em geral, autores marxistas tomam posição contrária ao recurso da noção de totalitarismo, destacando o papel profundamente conservador que ele desempenha. Mas, em relação a Hannah Arendt, justamente quem mais recorreu

a “totalitários” para aproximar nazismo e stalinismo (e Hitler de Stalin), a defecência tem sido grande. Só o fato de Losurdo ter examinado meticulosamente desta autora e o inserido no contexto mais amplo da Guerra Fria foi uma imensa contribuição para o estudo do conservadorismo contemporâneo.

Losurdo foi além ao tentar subverter os termos do debate, ampliando o escopo para a guerra total que se desenrolou a partir de 1914 e, desta forma, tornar visível a atualização, pelas potências do Ocidente liberal e branco, no contexto do imperialismo, de uma ofensiva, cuja linha avançada coube ao nazismo, como “uma guerra colonial, de base racial, bastante semelhante à política de conquistas dos Estados Unidos”. Nestes termos, fica visível que “a União Soviética de Stalin (sic) se opôs de forma vigorosa e bem-sucedida a essa guerra” (Losurdo, 2017b: 176). Conclusão: “Stalin e Hitler não são irmãos gêmeos, e sim inimigos mortais” (2017b: 176). Alteram-se os termos do problema e, desmanchada a empreitada de Hannah Arendt – os EUA que aparecem em um lugar não muito confortável do palco.

Os limites da análise losurdiana: novos desafios para a teoria e a prática.

Contudo, em respeito ao próprio Losurdo, cabe tentar algumas observações críticas à abordagem que faz do tema. A principal se refere às relações sociais que se constituíram na URSS durante o período stalinista.

É verdade que nosso autor se volta para “a análise iluminadora das relações de produção” (2010: 175).

Como de hábito, confere destaque à questão nacional, excelente chave para o esforço de contrapor os dois sistemas que Hannah Arendt insiste em identificar. Losurdo afirma que, no “gigantesco programa de industrialização promovido por Stalin”, a localização das fábricas, longe de ser decidida autoritariamente, era objeto de acirradas disputas, nas quais intervinham, às vezes, decisivamente, reivindicações das nacionalidades. Isto levava à frequente contemplação de regiões que, em virtude de seu atraso, reivindicavam com sucesso políticas que, por meio da industrialização, se contrapusessem “às injustiças do imperialismo czarista” (2010: 174).

Losurdo tenta ir ao ponto central e nega que as unidades fabris eram cenários de “uma disciplina rígida e uma obediência cega” (2010: 174). Nelas, “não faltam nem a desordem nem os conflitos ásperos”, ocorrendo “uma espécie de ‘cabo de guerra’ com três participantes: os dirigentes do partido e sindicatos, empenhados em aumentar a produtividade do trabalho; os operários”, muitas vezes conferindo prioridade à elevação dos seus salários; e “os técnicos”, que ficavam ensanduichados e “indecisos sobre o que fazer. No conjunto, os operá-

rios tendiam a levar a melhor, assim como era comum os técnicos ignorarem as determinações vindas de Moscou.

A coisa não parava aí. Ocorriam conflitos entre quadros técnicos que tinham aderido aos “brancos”, mas, em razão de sua competência, eram incorporados às fábricas, mas deviam ser controlados de perto; entre técnicos oriundos do antigo regime, mas que agora, movidos pelo patriotismo, trabalhavam para o novo e se chocavam com as diretivas de trabalhadores de vanguarda. Aliás, não era fácil a vida dos técnicos em um mundo fabril onde os trabalhadores podiam fazer queixas, fossem no próprio local de trabalho ou escrevendo para a imprensa e dirigentes do partido (2010: 176). Recorrendo a diversos autores, Losurdo afirma que havia “uma pluralidade de ‘autoridades industriais’, técnicas, administrativas, políticas e sindicais”, assim como a “distinção entre partido e sindicato” (2010: 177).

Toda esta série de grupos em conflito leva Domenico Losurdo a concluir que uma unidade fabril nos tempos de Stalin, era muito diferente de “um lugar de trabalho ‘totalitário’”. Também, pelo “alto”, o Estado soviético, diferentemente do nazista, estava muito longe de possuir um grau de estruturação que lhe possibilitasse tamanha capacidade de controle. Existiu, sim, uma “excepcional mobilização ideológica e política” que, durante todo o período de Stalin (e até um pouco depois), foi fundamental para impulsionar o “aparelho produtivo e econômico”. Segundo Losurdo, ocorreu, sim, uma “ditadura desenvolvimentista” cuja comparação com o nazismo não faz o menor sentido. (2010: 180).

Em nenhum momento, Losurdo afirmou (e nisso tem razão) que existiu, durante o período stalinista, uma ditadura do proletariado (ou democracia socialista), com o exercício do poder político pelos trabalhadores diretos, o que implicaria a referência a um novo tipo de Estado, tanto no que se refere aos dispositivos fundamentalmente repressivos, como aos aparelhos ideológicos. “Ditadura desenvolvimentista” remete, em termos abstratos, a uma política de Estado, refluindo o sentido de ditadura a um regime político e não a um tipo de Estado, seja burguês ou proletário. Ficam, portanto, questões cruciais: a quem e como resistiam os trabalhadores da URSS durante o período stalinista? Se esta ditadura era a forma e o regime político de um Estado não socialista, a qual poder de classe ele correspondia? O mesmo se aplica à política “desenvolvimentista” implementada por este Estado. É possível pensar um desenvolvimentismo que seja indiferente às relações de classes?

Em outros termos: qual o caráter e o papel do partido e do Estado soviéticos durante o período marcado pelo stalinismo (ou pela “ditadura desenvolvimentista”)? Quais as características ideológicas principais deste desenvolvimentismo? No Brasil, por exemplo, em 1937-45, houve “ditadura desenvolvimentista”, que,

aliás, em tempos de refluxo das lutas proletárias, desperta nostalgia em certos círculos da esquerda (Almeida, 2009; 2014: 129-170). O próprio nazismo foi “desenvolvimentista” e capitalista.

Losurdo afirma que, “nas três décadas” em que a URSS foi dirigida por Stalin, ocorreu a passagem de uma ditadura do partido para uma autocracia. Mas isto, apesar de Stalin, pois houve – e aí está o principal – “repetidas tentativas de passar do estado de exceção para uma condição de relativa normalidade”. Todas fracassaram em razão, internamente, da “utopia abstrata” e do “messianismo”, este, em parte “expressão de tendências intrínsecas ao marxismo”; e, no plano externo, da “permanente ameaça” ao país que surgiu da Revolução de Outubro (2010: 143). Também considera que, após o conflito, é provável que Stalin tenha feito tudo o que pôde em busca da adequação de socialismo e democracia. Até “o problema do desmantelamento pelo menos parcial do Gulag [foi] colocado”, mas os acontecimentos de Hiroshima e Nagasaki, seguidos da invenção da bomba de hidrogênio só deixaram abertura para a autocracia, “exercida por um líder que era objeto de um verdadeiro culto” (2010: 142-4).

Aqui, “ditadura desenvolvimentista” oculta mais problemas do que contribui para resolvê-los.

A melhor forma de seguir o exemplo de Losurdo é tentar sugerir os limites de sua abordagem, até para fazermos avançar as pesquisas sobre temas que nos são valiosos. E, neste caso, o que temos de mais importante a observar é a fragilidade de suas referências, quando ocorrem, aos nexos entre poder político e relações de classes na URSS, inclusive durante o período que autores como Hannah Arendt consideram totalitários. O marxismo tem um extraordinário acervo de debates sobre várias tentativas de transição para o socialismo e não é o caso – muito pelo contrário – de descartá-los como “messiânicos”¹⁰.

Também é necessário prosseguir com os estudos das relações de classes no nazismo, onde, contemporaneamente a este processo, avultaram obras bem diferenciadas, como as de Leon Trotsky, Daniel Guérin e Franz Neumann. No bojo da retomada da teoria marxista da segunda metade dos anos 1960, Poulantzas, em sua principal obra teórica, formulou hipóteses bem delimitadas sobre as proximidades da noção de totalitarismo e a estrutura do Estado burguês (Poulantzas, 1968); e, dois anos depois, com o portentoso Fascismo e ditadura (Poulantzas, 1970)¹¹, livro cuja atualidade neste início de século não para de aumentar, abordou

¹⁰ Uma excelente e acessível amostra deste formidável acervo é a coletânea organizada por Pinheiro e Martorano (2012).

¹¹ Desgraçadamente, as edições brasileiras destas duas obras fundamentais estão esgotadas desde, respectivamente, 1986 e 1978.

meticulosamente os casos alemão e italiano, bem como a política da Internacional Comunista diante do processo de ascensão e consolidação dos dois regimes.

A reviravolta que Losurdo imprimiu aos estudos sobre a noção de totalitarismo tem uma importância inegável, pois possibilita imprimir maior concretude ao estudo da luta anti-imperialista intrínseca ao processo soviético. E, reciprocamente, revela a maior amplitude e complexidade dos adversários com que este se defrontou. Mas, também aí, é preciso cuidado para não tomar a parte pelo todo, reduzindo o caráter da ofensiva contrarrevolucionária a uma investida colonial-racista. Como o próprio Losurdo observa, o racismo esteve presente também nos conflitos interimperialistas. Cabe analisar rigorosamente as relações de classes no interior das formações sociais imperialistas, inclusive naquela onde se instaurou o nazismo, aliás uma formação onde foi derrotado um importante partido comunista dotado de forte base de classe. O lado burguês era outro.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio F. (2014). *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC.
- _____. (2009). Nacional-burguês e nacional-popular em tempos de ufanismo desenvolvimentista. *Brasil de Fato*, 25 de novembro. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/3921/>> . Acesso em 01 de outubro de 2017.
- ARENDT, Hannah (1989). *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LOSURDO, Domenico (2017a). *Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2017b). Stalin e Hitler: amigos íntimos ou inimigos mortais? In: JINKINGS, Ivana e DORIA, Kim (orgs). *1917: o ano que abalou o mundo*. São Paulo: Boitempo/SESC.
- _____. (2010). *Stalin: história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____. (2003). Para uma crítica da categoria de totalitarismo. *Crítica Marxista*, n. 17, Campinas. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo100critica17-A-losurdo.pdf> . Acesso em 01 de outubro de 2017.
- PINHEIRO, Milton e MARTORANO, Luciano (2013). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular.

POULANTZAS, Nicos (1978). *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes.

_____(1986). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.

WITTFOGEL, Karl A. (1959). *Oriental Despotism: a Comparative Study on Total Power*. New Haven: Yale University Press.